

DIVERSIDADE CULTURAL E CIDADANIA

Heber Junio Pereira Brásio¹
Helen Cristina Pereira de Oliveira²

Priscilla Amaral Lima Vilela³

Denise Dias Alves Cocco⁴

Cristina Soares de Sousa⁵

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo refletir sobre as ideias do antropólogo *François Laplantine* na tentativa de explicar a diversidade das culturas, perpassa pelo *Professor Roque de Barros Laraia* que traz à tona o conceito de cultura enquanto conceito antropológico discute os diversos pensamentos que influenciaram na criação de uma ciência voltada para o estudo das diferenças entre os seres humanos, que muitas vezes levam a atitudes etnocêntricas abordadas por *Everardo Pereira Guimarães Rocha*, nos leva a discutir teoria sobre identidade e diferença abordada por *Tomaz Tadeu da Silva*, e pelo Professor *Kabengele Munanga* que apresenta conceitos de noção de raça, racismo, identidade e etnia, tão presentes em nossa sociedade. Todas estas teorias nos fomentam a reflexão sobre nossa posição através do questionamento de nossa própria maneira de viver, enquanto pertencentes a grupos culturais dentre a diversidade presente na sociedade moderna, de forma a questionar preconceitos cujos objetos são grupos tidos como inferiores, atrasados e muitas vezes primitivos.

PALAVRAS-CHAVES: Antropologia; Educação; Etnocentrismo.

ABSTRACT: The present work aims at reflecting about anthropologist *François Laplantine's* ideas. This anthropologist tries to explain the diversity of the cultures. Besides, this work reflects about professor *Roque de Barros Laraia's* culture concept while a concept coming from the Anthropology. Also, such work discusses the diversity of thoughts that influenced in the creation of a new science, which is related to the study of the difference among the human beings, who have, many times, ethnocentric attitudes. These attitudes, which were approached by *Everardo Pereira Guimarães Rocha*, allow discussing the theory of identity and difference. This theory was approached by *Tomaz Tadeu da Silva* and by professor *Kabengele Munanga*. This professor shows concepts about race, racism, identity and ethnic group, which are so present in the society.

1-Licenciado em Letras, Filosofia e Sociologia, Pós graduado em Inspeção, supervisão e orientação escolar, Pós graduado em Linguística, Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba. Coordenador dos Cursos de Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia na UNIFUCAMP, Monte Carmelo.MG. jnhofiat@hotmail.com.

2-Graduanda em Direito pela UNIFUCAMP.

3-Graduada em Pedagogia, Pós graduada em Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional pela UNIFUCAMP.

4- Graduada em Ciências Biológicas pelo UNIFUCAMP

5- Professora, Coordenadora da CPA, do Comitê de Ética e Núcleo de pesquisa do UNIFUCAMP.

All these theories make us to think about our own way of living, belonging to cultural groups in the modern society diversity, in a way that make us question the idea of prejudice related to groups that are seen as inferior, antiquated and, many times, primitive.

KEYWORDS: Anthropology; Education; Ethnocentrism.

Ao se abordar a questão da diversidade cultural, o qual tem aflorado grandes discussões, torna-se necessário, sem a pretensão de esgotar o tema, a tentativa de melhor entender conceitos antropológicos no que concerne ao conhecimento do próprio homem.

Desde a antiguidade, o homem desejou e procurou saber sobre si mesmo, porém, somente ao final do século XVIII é que começa a se constituir como um saber científico, a partir do momento que passa a utilizar o próprio homem como objeto de estudo.

Daí o objetivo da antropologia, que procurava conhecer melhor o homem e suas origens, não o homem separado, mas sim o homem como um todo, sendo impossível conhecer o ser humano quando se o separa por partes; entender o comportamento humano em diferentes culturas e raças visto assim como um grande campo universal de pesquisas e interrogações, que visa descobrir, entender e aceitar os mistérios de cada indivíduo.

Segundo Roque de Barros Laraia (2008), desde a antiguidade foram comuns as tentativas de explicar as diferenças de comportamento entre os homens a partir das variações dos ambientes físicos, sendo que os costumes dos indivíduos de uma determinada cultura podem ser vistos por outros como bárbaros, pois, como disse Montaigne (1533-1572): “na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra”.

Essas diferenças culturais não são determinadas pelas diferenças genéticas e nem pelo determinismo geográfico. A cultura age seletivamente e não casualmente sobre seu meio ambiente, explorando determinadas possibilidades e limites ao desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da cultura. Mas o que é cultura?

O conceito de cultura usado atualmente foi definido por Tylor (1871), que definiu cultura como sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética, afastando o cultural do natural, afirmando que o homem é o único ser possuidor de cultura. E é justamente e graças à cultura, que a humanidade distanciou-se do mundo animal, mais do que isto, o homem passou a ser considerado um ser que está acima de

Diversidade cultural
suas limitações orgânicas.

Não se pode ignorar que o homem depende de seu equipamento biológico, para manter-se vivo, ele tem que satisfazer funções vitais, mas embora sejam comuns a toda a humanidade, a maneira de satisfazê-las varia de uma cultura para outra, tornando o homem um ser predominantemente cultural onde os seus atos dependem inteiramente de um processo de aprendizagem.

Laraia (2008) está entre os autores para quem o homem é o resultado do meio em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e experiências adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam, ampliando suas criatividades a partir dos materiais que a natureza lhe coloca à disposição.

O autor descreve:

“Que uma das primeiras preocupações dos estudiosos com relação à cultura, refere-se a sua origem, e segundo Claude Lévi-Strauss, a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma. Leslie White considera que a passagem do estado animal para o humano ocorreu quando o cérebro do homem foi capaz de gerar símbolos. Já Keesing, refere-se inicialmente às teorias que consideram a cultura como um sistema adaptativo, ou seja, sistemas de padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Em segundo lugar, Roger Keesing refere-se às teorias idealistas de cultura, que se subdivide em três diferentes abordagens. A primeira é a dos que consideram cultura como sistema cognitivo, apropriando do sistema linguístico. A segunda é aquela que considera a cultura como sistemas estruturais. Já a terceira, considera cultura como sistemas simbólicos” (LARAIA, 2008, pag. 59).

Com todas essas teorias podemos ter uma tentativa, no sentido de se ter uma compreensão mais consciente e clara de que o conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana. Assim, só resta afirmar como Murdock (1932, p.68): “Os antropólogos sabem de fato o que é cultura, mas divergem na maneira de exteriorizar este conhecimento”.

Ao analisarmos o termo “Cultura” como um conceito antropológico, fica-se evidente a demonstração que a nossa herança cultural sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria das comunidades. O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais, são exemplos

Mas, o costume de discriminar os que são diferentes também é encontrado dentro de uma mesma sociedade como, por exemplo, as agressões verbais contra estranhos que se arriscam em determinados bairros periféricos de nossas grandes cidades.

Para Roque (2008), a participação do indivíduo em sua cultura é sempre limitada, não existindo a possibilidade de um indivíduo dominar todos os aspectos culturais existentes em sua sociedade, mas sendo necessário ter um conhecimento mínimo para operar dentro dela.

Cada sistema cultural tem a sua própria lógica, e não passa de um ato primário do etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro, considerando lógico apenas o seu, e atribuindo aos demais, um alto grau de irracionalidade. A coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence, pois cada cultura ordenou a seu modo o mundo que a circunscreve.

Com isso percebe-se que a cultura é dinâmica e que está sempre em processo de mudam. A cada geração que passa, mudando os comportamentos dentro de uma mesma sociedade. Não restadúvida de que grande parte dos padrões culturais de um dado sistema não foram criados por um processo próprio de sua cultura, mas sim foram copiados de outros sistemas culturais.

A esses empréstimos culturais a antropologia denomina difusão. Os antropólogos estão convencidos de que, sem a difusão, não seria possível o grande desenvolvimento atual da humanidade.

Na sociedade atual, seja nos seus vários segmentos, percebe-se que muitas vezes se faz um julgamento precoce dos indivíduos, apenas por considerar errado alguns aspectos culturais existentes em sua cultura, não sabendo diferenciar e nem respeitar que tais fatos mesmo não sendo considerados corretos, pertencem àquela determinada cultura e que isto não o torna irracional, mas sim, diferente.

Nesse sentido torna-se indispensável analisarmos, a afirmativa de Everardo Guimarães (1984), que a cultura é uma série de itens identificáveis, unitários, separados, mas que formam um todo complexo. Que a mudança nas sociedades se daria pela invenção, consequência do aperfeiçoamento do “eu” de maneira que por trás do ser “civilizado”,

Diversidade cultural

fôssemos séries de homens até o seu irmão mais primitivo.

Os pesquisadores dispensaram então o trabalho de campo e a relativização, acreditando-se capazes de ter todo o conhecimento do outro dentro de si mesmo, porém desse modo não conseguiram nada, e justamente no século XX a antropologia consegue ver que as sociedades diferentes podem ter concepções da existência tanto diversas entre si, quanto igualmente boas para cada uma.

Afirma Guimarães (1984) que toda a vez que um campo do conhecimento se abre se lança de frente para a complexidade, também se relativiza. As possibilidades de explicação, por não serem mais de um tipo só, passam a se contrapor, a necessitarem de um refinamento maior no seu debate. Porém, esta relativização faz com que seu papel, nesse processo de fuga ao etnocentrismo, seja um pouco paradoxal.

A diversidade cultural engloba essas diferenças culturais que existem entre as pessoas, como a linguagem, vestimentas, danças, heranças físicas e biológicas, assim como as tradições, bem como as sociedades organizam-se conforme a sua concepção de moral e de religião, a forma como interagem com o ambiente é identidade própria de um grupo humano em um território e em determinado tempo.

A cultura faz parte da totalidade de uma determinada sociedade, nação ou povo. Essa totalidade diz respeito a tudo que configura o viver coletivo. São os costumes, os hábitos, a maneira de agir, de pensar, as técnicas que ao serem utilizadas levam ao desenvolvimento e a interação do homem com a própria natureza, tudo o que diz respeito a essa sociedade. A nossa herança cultural que fora desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir de forma depreciativa em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões, e quase na sua totalidade são aceitos pela maioria da sociedade, ou pela comunidade a qual pertence. Assim tendemos a discriminá-los e acabamos taxando este comportamento como anormal.

O relativismo cultural, quase sempre imposto pela classe dominante, sugere conformar e não confrontar as diferenças culturais, tanto em nossa sociedade quanto em outra cultura, particular ou específica, isso considerando que existem interesses em comum, cria-se a necessidade da tolerância.

Neste sentido, torna-se necessário uma discussão de como se dá a produção social da identidade e da diferença. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000, pág.76), na perspectiva da

diversidade, diferença e identidade tendem a serem neutralizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição. Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença.

Pode-se, segundo o autor definir a identidade simplesmente como aquilo que se é; nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria, sendo autossuficiente e auto contida. Seguindo a mesma linha de pensamento, a diferença é concebida como uma entidade independente, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é, sendo a diferença nessa perspectiva, concebida como auto referenciada, como algo que remete a si própria. Daí a afirmação que tanto a diferença como a identidade, ambas existem, são inseparáveis e uma depende da outra.

Dessa maneira, além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham a mesma característica, pois são resultados de atos de criação linguística, ou seja, não são elementos da natureza, simplesmente coisas à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas, mas que devem ser produzidas constantemente, sendo criaturas do mundo cultural e social.

Tomaz afirma:

... Dizer, por sua vez, que identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. Isto parece uma obviedade. Mas como tendemos a toma-las como dadas, como “fatos da vida”, com frequência esquecemos que a identidade e a diferença têm que ser nomeadas. É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais. A definição da identidade brasileira, por exemplo, é o resultado da criação de variados e complexos atos linguísticos que a definem como sendo diferente de outras identidades nacionais... (TOMAZ TADEU, 2000, pag.76/77).

Identidade e diferença não são simplesmente definidas, mas sim impostas, o que demonstra que estão sujeitas a relações de poder. Relação essa que deveria ser caracterizada justamente pelo contrário, onde identidade e diferença deveriam ser constantemente criadas e recriadas, vistas e analisadas como um problema social e pedagógico.

Social por que em uma sociedade tão diversificada culturalmente, o encontro com o

Diversidade cultural

outro, com o estranho se torna inevitável. Pedagógico por que jovens e crianças interagem de forma imposta um com o outro no mesmo espaço escolar, em uma sociedade notoriamente marcada pela diferença, seja desde os costumes e principalmente pela posição social que cada um ocupa na mesma.

A identidade confere diferenças aos grupos humanos, evidenciando-se em termos da consciência da diferença e do contraste do outro. Isso ficou claramente demonstrado ao longo de nossa história, na qual a colonização se fez presente, onde a escravidão e o autoritarismo contribuíram para o sentimento de inferioridade do negro brasileiro. A identidade é para os indivíduos a fonte de sentidos e experiência. Toda identidade exige reconhecimento, caso contrário ela poderá sofrer prejuízos, a partir do momento que seja limitada e depreciativa.

Assim se confirma a ideologia expressa no conceito de raça que fora passado de geração em geração, que esconde uma coisa não proclamada, ou seja, a relação de poder e dominação.

Para o Professor Kabengele Munanga (2004), a variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal merece uma explicação científica. Os conceitos e classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É nesse sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servidos, o que infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo.

Para Kabengele:

Alguns biólogos antirracistas chegaram até sugerir que o conceito de raça fosse banido dos dicionários e dos textos científicos. No entanto, o conceito persiste tanto no uso popular como em trabalhos e estudos produzidos na área das ciências sociais. Estes, embora concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, eles justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão... (MUNANGA, 2004, p.3).

Qualquer sociedade que deseje manter as vantagens da diversidade genética, segundo Munanga (2004) deverá ser igualitária. Oferecer aos diferentes indivíduos a possibilidade de escolher entre caminhos, meios e modos de vida diversos, de acordo com as possibilidades de cada um. Igualdade supõe respeito do indivíduo naquilo que ele tem de único, como a

diversidade étnica e cultural, reconhecendo o direito de todo indivíduo de cultivar aquilo que lhe é específico, contribuindo para o enriquecimento da diversidade cultural da sociedade.

Assim, podemos entender segundo o pensamento de Munanga (2004), que a educação não pode ser vista única e exclusivamente como um sistema, mas sim como um projeto mediador, onde a educação seja a instância capaz de interagir o indivíduo como pessoa não apenas no aspecto intelectual, mas sim, capacitando-o para ver a sociedade e a educação como um todo, no qual ele próprio está inserido.

E é justamente esta mudança educacional que cada dia se torna mais necessária, pois a escola não educa para a diversidade, e isso só será possível com as mudanças propostas. Mudar a educação significa proporcionar aos educandos a aquisição de habilidades que permitam a socialização, o autoconhecimento e sua própria autonomia. E aceitar a diversidade implica reconhecer o direito a diferença, reconhecer o outro como parte do processo histórico-cultural, possibilidade essa, negada na maioria das vezes pela escola. Respeitar o outro nada mais é que acolher o educando, respeitando as diferenças, aceitando o modo de ser de cada indivíduo, respeitando os diversos pontos de vista, interpretações e especificidades de cada cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto escolar diante de todos os problemas enfrentados, sabemos que trabalhar com igualdade as diferenças não é uma tarefa fácil para o educador, pois para fazê-la é necessário sem dúvida, ter a compreensão e a percepção de como a diversidade se manifesta em seu contexto.

Assim torna-se necessário refletir em uma nova possibilidade, um novo mecanismo que proporcione a integração das questões culturais e raciais e outros níveis, possibilitando progredir na discussão no que tange ao respeito das desigualdades sociais, respeitando o direito do indivíduo de ser diferente, buscando a tão sonhada educação democrática.

Essa educação transformadora, com certeza, não é restrita a uma sala de aula, mas sim, numa educação cultural que é transmitida a esses indivíduos, de forma humana e social a fim de cultivar grandes homens, conscientes de seu papel na sociedade, num futuro nem tão

Diversidade cultural
distante.

É preciso, enfim, que os educadores possam educar culturalmente seus alunos, a fim de que possibilitem a reconstrução dessa sociedade, para uma sociedade mais justa e igualitária respeitando a individualidade de cada ser protagonista deste meio social.

Embora saibamos que seja utópico uma escola que seja igual para todos, torna-se necessário acreditar que seja possível uma escola que reconheça que os educandos são diferentes, que possuem e são frutos de uma cultura diversa, o que nos leva a concluir que a exclusão escolar não é somente o fator econômico, mas também ético racial e cultural. E não somente o desenvolvimento de novos paradigmas, novas filosofias, novos métodos, mas sim “ressuscitarmos” princípios antigos, que não é somente o respeito pela cultura, mas sim uma cultura de respeito.

REFERÊNCIAS

LAPLANTINE, François. “Introdução – o campo e a abordagem antropológicos”; “O Século XVIII: a invenção do conceito de homem”. In: *Aprender antropologia*, São Paulo: Brasiliense, 1995.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Ed., 2008.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. “O que é etnocentrismo”, São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MUNANGA, K. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”. In: *Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)*, Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicada da Faculdade de Educação, nº 5, 2004.